



A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo foi a primeira CIM do país a aderir ao Pacto para a Conciliação – Sistema de Gestão da conciliação da vida profissional, familiar e pessoal. O anúncio foi feito por Rosa Monteiro, Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, numa cerimónia sobre o tema que decorreu no dia 11 de julho, no Palácio da Foz, em Lisboa.

A CIM do Médio Tejo esteve representada na ocasião, com que deram conta que a adesão ao Pacto para a Conciliação é mais um passo que a CIM do Médio Tejo dá neste âmbito, para além de muitas outras medidas implementadas no seio da entidade.



A cerimónia contou com Mariana Vieira da Silva, Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa e prendeu-se com vários momentos, entre os quais: a entrega de diplomas às organizações certificadas, a formalização de adesões ao Pacto para a Conciliação, na qual a CIM do Tejo se enquadrou, e com uma sessão de trabalho dinamizada pela Secretária-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

Lançado pela Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, em dezembro de 2018, com 47 organizações, o Pacto para a Conciliação conta agora com 58 organizações (desde organismos da administração pública central, a empresas públicas e privadas, câmaras municipais e comunidades intermunicipais, e instituições do ensino superior), as quais assumem o compromisso de implementarem e certificarem um sistema de gestão da conciliação com base na norma portuguesa NP 4552:2016.

Na página oficial do Governo Português, a Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade refere que “está em marcha um processo de transformação das nossas organizações de trabalho para que mulheres e homens possam fazer escolhas livres em todas as esferas da sua vida, assente numa igualdade efetiva e na distribuição igualitária do trabalho doméstico e de cuidado”.

Recorde-se que o Pacto para a Conciliação é um dos eixos do Programa «3 em Linha» do Governo, que tem como objetivo promover um maior equilíbrio entre a vida profissional, pessoal e familiar, como condição para uma efetiva igualdade entre homens e mulheres e para uma cidadania plena, que permita a realização de escolhas livres em todas as esferas da vida.

O Pacto para a Conciliação agrega medidas que mobilizam diferentes tipos de entidades empregadoras para o desenvolvimento de práticas promotoras da conciliação e para sua difusão.



Equipa da CIM do Médio Tejo: Sónia Santos, chefe da equipa multidisciplinar e Paula Fernandes, técnica superior.